COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

**PROJETO DE LEI Nº 4.368, DE 2012
(Do Poder Executivo)**

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros; de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e dá outras providências.

EMENDA SUBSTITUTIVA

O art. 42 do Projeto de Lei nº 4.368, de 2012, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 42. A Lei nº 11.892, de 29 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 11.....

§ 3º No âmbito dos Institutos Federais, são privativas de integrantes da carreira docente as funções de administração acadêmica, exceto aquelas compreendidas nas áreas de planejamento ou equivalente, de pessoal, de finanças ou de serviços gerais. (NR)”

JUSTIFICATIVA

Justifica-se esta proposição, onde será observada a supressão da nova redação que está sendo proposta para o § 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por entender que o estabelecido na redação original do art. 11, legislação vigente, não apresenta nenhuma possibilidade de entendimentos conotativos, pois assim está preconizado:- “§ 1º Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

Há de se observar que, alterar essa redação já consagrada desde 2008, por uma nova que simplesmente, apresenta como novo, em vez de cargo efetivo de nível superior, a redação cargo efetivo com nível superior, obviamente, o entendimento que prevalecerá será o do sentido conotativo, e não denotativo, em relação a importância maior que vem a ser o desempenho da função de Pró-Reitor por servidores docentes, onde o cargo docente já tem como exigência de escolaridade o nível superior, ou, como assim previsto na Lei nº 11.892/2008, por servidor técnico-administrativo do PCCTAE de que trata a Lei nº 11.091/2005, ocupante de cargo efetivo de nível superior.

Há de se destacar que ser detentor de nível superior, não é o mesmo que ser ocupante do cargo de nível superior.

Sala da Comissão, em   de setembro de 2012.

Deputada **ANDREIA ZITO**
PSDB/RJ